

AP/ZH



O Nobel Imre Kertész passou pelo sofrimento, mas não se tornou apóstolo do judaísmo

o Holocausto e literatura

A morte de milhões de pessoas foi uma enorme e avassaladora lição. Uma lição que justifica todos os livros, todas as formas de testemunho para evitar novos erros

potencial – o potencial de ódio do qual brotou, nos anos 40, o Holocausto real.

Há uma outra visão do Holocausto, sintetizada na expressão “banalidade do Mal”, cunhada por Hannah Arendt em seu livro sobre o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann. Arendt ficou impressionada com a mediocridade de Eichmann, que aparentemente cumpria sua obrigação como um frio burocrata. Uma visão basicamente intelectual, que foi mal recebida – aparentemente, banalizava o próprio Holocausto. Um outro, e muito virulento, tipo de crítica, aparece no livro de Norman Finkelstein *A Indústria do Holocausto* (no Brasil, lançado pela Record). Finkelstein não nega a matança (da qual seus pais foram sobreviventes) mas diz que muitas pessoas, judeus inclusive, usaram o Holocausto para benefício pessoal.



A posição de Kertész está completamente fora dessa polêmica toda. Sua experiência do Holocausto foi diferente. Como Primo Levi, enquadra-se naquilo que o historiador Isaac Deutscher denominou de “o judeu não-judeu”: pessoas que não negam sua ascendência judaica, mas não são religiosas, não seguem a tradição, não participam de uma vida comunitária. Esta situação, como sabemos, não livrou ninguém do campo de concentração; antepassados judeus eram o suficiente para caracterizar alguém como membro da “raça judaica”. De repente Kertész se descobriu judeu. Mas, tendo passado pelo sofrimento, ele não se tornou um apóstolo do judaísmo. Não gosta, por exemplo, de colóquios sobre o Holocausto, ainda que participe neles. Revoltando o terrorismo anti-Israel, o ressurgimento do anti-semitismo e declarações como a de Saramago, que, numa tirada infeliz, para dizer o mínimo, comparou o governo de Israel aos nazistas; mas sua reação é, sobretudo, de perplexidade: “Confesso que não compreendo nada”, diz, num artigo escrito em Jerusalém em abril deste ano. Como muitos intelectuais israelenses, ele manifesta-se a favor de um estado palestino e contra o “gueto moral” (a expressão é do também escritor Aharon Appelfeld) em que Israel corre o risco de se encerrar. Mas isto não impede que ele se sinta, em Israel, apenas um visitante, ainda que solidário. E dá-se conta, por outro lado, de que para os israelenses, questões como a que ele se coloca, são perturbadoras e capazes de induzir ao desespero. Desespero que pode antecipar a catástrofe. Conclui que sua situação é peculiar: sua experiência do judaísmo foi uma experiência radical, paradoxalmente originária de um regime que queria negar o judaísmo. E é uma experiência que ele, graças à literatura, amplia até os seus mais tenhos limites: “Tudo que eu sofri por causa de minha origem judaica foi um aprendizado, uma iniciação ao conhecimento profundo da condição humana”.

Estamos, pois, diante de uma controvérsia. Que começa, aliás, com o próprio termo Holocausto, introduzido por Elie Wiesel. Holocausto significa um sacrifício com caráter de sacralidade, exatamente o contrário do que ocorreu nos campos de concentração. Esta é, contudo, uma controvérsia semântica. Muito diferente e ultrajante é a negação do Holocausto. O argumento é conhecido: a mortandade não existiu, ou, se existiu, não chegou aos seis milhões de vítimas que constituem a cifra clássica. Os que negam o Holocausto caem em três grupos: historiadores que querem, pretensamente, restabelecer a verdade; neonazistas que usam a negação como pretexto para atos de vandalismo e até de terror, e, por fim, os incrédulos ressentidos, pessoas que comparam o passado da Alemanha – uma terra de intelectuais, de escritores, de artistas – com os relatos do morticínio e concluem: não, isto não pode ser verdade, deve ser mentira. O raciocínio prossegue: se não é verdade, quem inventou esta mentira? Os judeus, obviamente. E por que inventaram a mentira? Porque são cínicos, são perversos, são a encarnação do Mal; até mereceriam o extermínio. Ao Holocausto real, negado por essas pessoas, corresponde um Holocausto



Shoah (O Holocausto) também fez duras críticas à obra de Spielberg. O Holocausto, disse, não pode ser ficcionalizado, o cineasta deve se ater aos fatos, que se impõem por sua simples brutalidade. No documentário de Lanzman há um momento em que um dos entrevistados quer falar sobre o massacre, mas não consegue. Durante vários minutos tenta, inutilmente, articular palavras, enquanto a câmera o foca implacavelmente. Fica bem claro que só o silêncio como impossibilidade da fala pode dar uma real medida do que foi o genocídio.

Retratar o Holocausto remete, portanto, ao livro. Remete ao filme, também, ao documentário, à tevê; mas isto em menor escala e em uma maneira que, como já veremos, tem sido muito contestada. E, em matéria de livros, não são poucos os autores que fizeram do Holocausto um grande tema: Paul Celan, Primo Levi, Elie Wiesel. Nos últimos 40 anos, vários vencedores do

O Holocausto foi isto: uma enorme, uma avassaladora lição para a humanidade. Uma lição que justifica todos os livros, todas as formas de testemunho. Se não aprendermos com os erros, e os crimes, do passado, estaremos condenados a repeti-los.

* Escritor

MOACYR SCLiar*

Entrem na Internet, esta descomunal, e não raro confusa, fonte de informação de nosso tempo, e digitem a expressão “Literatura do Holocausto”. Vocês obterão nada menos do que 224 mil páginas, que remeterão a outras numerosas fontes: há uma *Enciclopédia da Literatura do Holocausto*, com 240 páginas; há um Instituto para Estudo da Literatura do Holocausto; e simpósios, e cursos, e seminários, sem falar nos livros propriamente ditos, cujo número é incontável.

Por que se escreve tanto sobre o Holocausto? Em primeiro lugar, pela magnitude dessa hecatombe. Na Europa, comunidades inteiras simplesmente sumiram da face da terra, transformadas naquelas montanhas de cadáveres que os documentários da época mostram de maneira tão sombria. Os sobreviventes, não muitos, estão velhos e querem, antes de morrer, deixar registrado seu testemunho. Finalmente, há uma outra, e importante razão para que estes livros sejam publicados. Quando falamos de Holocausto, falamos de judaísmo. E quando falamos de judaísmo, falamos de livro. Poucos grupos humanos são tão ligados à palavra escrita. Civilizações antigas, como os egípcios, deixaram templos, monumentos, obras de arte colossais. Os antigos judeus legaram à humanidade um livro. Que, no entanto, foi decisivo em nosso mundo.

Retratar o Holocausto remete, portanto, ao livro. Remete ao filme, também, ao documentário, à tevê; mas isto em menor escala e em uma maneira que, como já veremos, tem sido muito contestada. E, em matéria de livros, não são poucos os autores que fizeram do Holocausto um grande tema: Paul Celan, Primo Levi, Elie Wiesel. Nos últimos 40 anos, vários vencedores do

Nobel de literatura saíram do judaísmo europeu; foram marcados, portanto, pela experiência do genocídio, ainda que indiretamente. É o caso de Nelly Sachs, de S.Y. Agnon, de Isaac B. Singer, de Elias Canetti, de Joseph Brodsky. E é o caso, agora, de Imre Kertész, que é também o primeiro húngaro a ganhar o Nobel.

Como aconteceu com muitos ganhadores do Nobel, a premiação de Kertész provocou surpresa: trata-se de um autor pouco conhecido do grande público. Explicável: a Hungria é um país de esplêndida literatura (basta ler os contistas húngaros lançados no Brasil por Paulo Rónai e Nelson Ascher), mas, em matéria de difusão literária, o húngaro é ainda mais limitado que o português: só é falado naquele pequeno país.

No Brasil, Kertész teve apenas um livro traduzido, *Kadish para uma Criança Não Nascida* (Imago, 1990). O título do romance já mostra que Kertész, nascido em 1929 e deportado para Auschwitz em 1944, não está atrás do mercado. Quantas pessoas sabem que Kadish é a oração judaica para os mortos? Provavelmente não muitas, mas Kertész – que durante muito tempo não viveu de seus textos, mas sim de traduções e do teatro – não faz concessões para atrair leitores. A narrativa assume a forma, pouco habitual, de um monólogo sobre o Holocausto. Mais: sua visão da tragédia é completamente diferente. Ele não está fazendo um comício, ele não está clamando aos céus; a narrativa tem um tom curiosamente neutro, como se o campo de concentração fosse um elemento do cotidiano. Mas então trata-se de algo como *A Vida é Bela*, o filme de Roberto Benigni que ganhou o Oscar? Não. Não é *A Vida é Bela*, e também não é *A Lista de Schindler*, de Steven Spielberg, filme que Kertész detestou. Aliás, não foi o único. O cineasta francês Claude Lanzman, autor do documentário